

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

JUVENTUDE E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: TRABALHO E VIDA DO JOVEM EMPREGADO COMERCÍARIO DE UMA LOJA DE DEPARTAMENTO NA CIDADE DE SÃO PAULO

Rafaela Semíramis Suiron¹

RESUMO

O presente artigo pretende fazer uma breve análise sociológica a partir da discussão teórica sobre o tema trabalho e juventude e a análise de fontes secundárias sobre as condições de trabalho e vida do jovem empregado comerciário vinculado a uma loja de departamento da cidade de São Paulo. Para tal empreitada, teremos como objeto específico de análise os trabalhadores e trabalhadoras da C&A. Em fase de iniciação, a pesquisa com os jovens trabalhadores da C&A se propõe a compreender a especificidade do trabalho do empregado comerciário, a gestão e organização do trabalho numa loja do segmento mencionado acima.

Palavras-Chave: Trabalho; Juventude; Comerciário; Reestruturação Produtiva; Capitalismo; Precarização.

ABSTRACT

This article intends to make a brief sociological analysis from the theoretical discussion on the subject and youth work and the analysis of secondary sources on the working and living conditions of young employee in commerce linked to a department

¹ Graduada em Ciências Sociais pelo Centro Universitário Fundação Santo André (CUFA), mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP/Marília) e bolsista Fapesp. E-mail: rsuiron@gmail.com

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

store in São Paulo. For this endeavor, we have the specific purpose of analysis the workers from C & A. In the inception phase, a research with young workers of C & A aims to understand the specificity of the employee's work in commerce, management and organization of work in a store segment mentioned above.

Keywords: Labour; Youth; Commerce workers; Productive Restructuring; Capitalism; Precarious.

INTRODUÇÃO

Nosso objetivo é tratar do tema juventude e precarização do trabalho discutindo a condição de “proletariedade” do empregado comerciário de uma loja de departamento da cidade de São Paulo. O tema principal da pesquisa se vincula a uma problemática candente do capitalismo global: trabalho e juventude. O problema do desemprego juvenil e da qualidade da inserção ocupacional dos jovens trabalhadores – em geral, precária – tornou-se fator de apreensão entre os órgãos oficiais do mundo capitalista atingidos pela crise do euro. De maneira geral, nota-se que do conjunto dos países centrais aos periféricos acentuou-se o descompasso entre o aumento de mão de obra jovem qualificada e a reduzida capacidade de inserção no mercado de trabalho.

No Brasil, a quantidade e a qualidade de oferta de postos de trabalho entre os jovens altamente escolarizados não garante a fuga de um emprego precário, seja em termos existenciais ligados à capacidade de projetar o futuro profissional e pessoal minimamente estável, ou em termos salariais ligados à corrosão da condição salarial propriamente dita. Conforme aponta Giovanni Alves:

A universalização do ensino fundamental aumentou a pressão sobre a estrutura educacional e sobre os estudantes do ensino médio. A maior qualificação ainda melhora as chances de mercado vis-à-vis os menos qualificados. Entretanto, vem caindo (em termos salariais) o “prêmio” daqueles com mais anos de

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

estudo. Além disso, por exemplo, é maior o desemprego entre o pessoal com mais de 11 anos de estudo do que os com 4 anos ou menos (ALVES, 2014, p.194).

Como fenômeno aparentemente dado, a “nova” realidade da juventude brasileira está inserida no quadro de contradições do capitalismo atual. Por um lado ocorre a postergação da inserção do jovem no mercado de trabalho, associada aos desafios encontrados ao que Marcio Pochmann (2007) denomina de “sociedade do conhecimento”, e, por outro, as contradições colocadas entre o aumento das capacidades humano-societárias de acesso à escolarização contínua e a falta de perspectiva futura, marcam a “nova” realidade da juventude brasileira.

Os elementos estéreis de futuridade, os quais estão relacionados aos sentimentos de insegurança, angústia, frustração e medo experimentados pelos indivíduos somam-se aos aspectos objetivos próprios da condição de precariedade, como por exemplo, a questão salarial e as contratações flexíveis. A sensação de vazio de sentido profissional e pessoal atinge os indivíduos que trabalham em regime flexível e se retroalimenta pelo sentimento de fracasso. Assim, Richard Sennett (2009) aponta que:

Um dos motivos pelos quais é difícil aliviar com dólares os sentimentos de fracasso é que ele pode ser de um tipo mais profundo – não tornar coerente o nosso futuro, não realizar alguma coisa valiosa em nós mesmos, não viver, mais do que simplesmente existir (SENNETT, 2009, 142).

Contudo, tais determinações de existência se manifestam de maneira mais cruel entre os jovens-adultos em situação de precariedade laboral, uma vez que pelo próprio processo histórico² tal estado de coisas se encontra mais desenvolvido e passível de ser compreendido na atual fase do capitalismo.

² “O chamado desenvolvimento histórico repousa em geral sobre o fato de a última forma considerar as formas passadas como etapas que levam a seu próprio grau de desenvolvimento” (Marx, 1999, p.44)

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Segundo Sennett, tais reconfigurações associadas ao universo do trabalho impactam sobre os mais jovens da seguinte maneira:

O sinal mais tangível dessa mudança talvez seja o lema “Não há longo prazo”. No trabalho, a carreira tradicional, que avança passo a passo pelos corredores de uma ou duas instituições, está fenecendo; e também a utilização de um único conjunto de qualificações no decorrer de uma vida de trabalho. Hoje, um jovem americano com pelo menos dois anos de faculdade pode esperar mudar de emprego pelo menos onze vezes no curso do trabalho, e trocar sua aptidão básica pelo menos outras três durante os quarenta anos de trabalho. (SENNETT, 2009, 22).

Desde a década de 1990, com a reestruturação produtiva e a flexibilidade das relações de trabalho consolidadas, os jovens somam-se à enorme oferta de mão de obra disponível, pressionando as taxas de desemprego no país. A impossibilidade da economia de gerar novos postos de trabalho diante desse contingente revela dois aspectos perversos dessa realidade: a instabilidade no emprego levando aos altos índices de rotatividade e a exigência de qualificação maior do que a necessidade dos postos de trabalho. Desse modo, cria-se a noção do jovem que não consegue trabalho é aquele que não correspondeu às expectativas do empregador, uma vez que, segundo Marcio Pochmann:

[...] o mercado de trabalho é entendido como independente do funcionamento da economia, cabendo exclusivamente ao indivíduo adaptar-se ao contexto dos empregos existentes e procurar favorecer-se do seu próprio esforço e postura qualitativa, como forma de superação da concorrência em relação aos outros. Nesse caso, a vítima do desemprego é identificada como responsável pelo próprio desemprego (POCHMANN, 2007, p. 76).

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Em países da Europa, como Espanha, Portugal, Grécia e Itália, por exemplo, as marchas do “preariado”, jovens empregados ou desempregados em regime de trabalho precários, expressam a urgência dessa camada social que sofre as consequências mais diretas das políticas neoliberais de austeridade postas a cabo pelo FMI e o Banco Central Mundial, a fim de atrair investimentos rentáveis na atual fase de financeirização do capital, conforme ilustra Standing,

Durante três décadas, a ideia de facilitar a demissão dos empregados foi defendida como uma maneira de estimular os empregos. Argumentava-se que isso tornaria potenciais empregadores mais inclinados a empregar trabalhadores, uma vez que seria menos custoso livrar-se deles. A fraca garantia de vínculo tem sido descrita pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), pelo Banco Mundial e por outras corporações como necessária para atrair e reter o capital estrangeiro. Consequentemente, os governos têm competido uns com os outros para enfraquecer a proteção das relações de emprego e tornarem mais fácil empregar trabalhadores sem essa proteção (STANDING, 2013, p.58/59).

Rompida com o padrão civilizatório instaurado pelo projeto keynesiano-fordista, baseado fundamentalmente em conquistas sociais fundadas na sociedade do pleno emprego e proteção social (ESTANQUE; COSTA, 2012), a juventude da atual geração está imbuída de descrenças nas instituições políticas tradicionais, levando-se por escolhas perigosas no campo da política como via alternativa de seu próprio “estado” de precariedade (STANDING, 2013).

Segundo o economista britânico, Guy Standing, no Reino Unido durante a primeira recessão no início dos anos 1980 as relações de trabalho precárias e o alto desemprego aceleraram a requisição do auxílio desemprego por parte da camada jovem da classe operária como uma maneira de “autenticação de seu desdém aos torpes trabalhos que estavam em oferta” (STANDING, 2013, p.77). Atualmente, o desemprego e o regime de contratação em empregos precários são apontados como realidades praticamente inevitáveis. Conforme revela o economista, os mais jovens até preferem

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

usufruir de certa “liberdade” ao serem submetidos a contratos flexíveis ao invés de permanecerem em empregos de regime de trabalho integral. Segundo ele,

(...) nas pesquisas internacionais da opinião pública, cerca de dois terços dos jovens dizem que prefeririam ser ‘autônomos’, trabalhar por conta própria em vez de ocupar um emprego. Mas os mercados de trabalho flexíveis forjados pela velha geração de políticos e por interesses comerciais condenam a maioria dos jovens a passar anos no precariado (STANDING, 2013, p. 107).

Na realidade, as correntes teóricas entram em convergência ao afirmar que há um número considerável de jovens qualificados desempregados ou em regime de contratação flexível ou convencionalmente nomeadas de formas de contratação “atípicas”. Isso teria relação, conforme afirmam Elísio Estanque e Hermes Costa, com a oferta de empregos de inserção precária e o conseqüente aumento do tempo de desemprego, “que se caracteriza pela insegurança e pelas baixas remunerações” (ESTANQUE; COSTA 2012, p.41).

Factualmente, temos que mesmo diante das teorias do fim do trabalho, ele ainda continua sendo o elemento de coesão e integração social dentro dos novos movimentos de contestação abarcados pela juventude ao redor do mundo, os quais questionam, levando em consideração os diferentes contextos, a viabilidade das diretrizes oficiais do sistema econômico atual. Em outras palavras, o trabalho é reconhecido como categoria fundante da existência humana, e, portanto, fonte possível de superação de contradições candentes engendradas no interior da produção capitalista em sua fase de intensa flexibilização e desregulamentação.

Assim, o argumento que agora pretendemos desenvolver é o de que a intensificação e expansão da precaridade e fragmentação dos processos produtivos, o esvaziamento dos direitos e da dignidade associados às relações laborais, estão a recriar uma nova forma de luta em torno do trabalho e da recuperação da sua dignidade, que se orienta no sentido de afirmar um novo estágio

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

de politização do capitalismo moderno (ESTANQUE; COSTA, 2012, p.47).

Nesses termos, trata-se de entender as novas configurações do trabalho precário que a juventude está imersa, partindo do pressuposto de que ele é o “cimento social” (ESTANQUE; COSTA, 2012) no qual é possível concatenar as reivindicações de seu tempo, tanto no plano da objetividade e subjetividades sociais.

Conforme apontou o sociólogo francês Robert Castel, a “nova questão social” deriva da perda da condição salarial com a crise da sociedade do pleno emprego no capitalismo atual, levando a “uma inquietação quanto à capacidade de manter a coesão de uma sociedade. A ameaça de ruptura é apresentada por grupos cuja existência abala a coesão do conjunto” (CASTEL, 1998, p. 41). De acordo com sua proposta, o conceito de precariedade surge como uma “nova” característica do capitalismo e cabe ao Estado oferecer a proteção social necessária e intervir como mediador na relação entre mercado e trabalho. Nesta toada, Castel alerta para o resgate da identidade pelo trabalho, deteriorada pela insegurança e falta de perspectivas geradas pelo desemprego e o trabalho precário, com foco principal na “degradação salarial”.

TRABALHO E O JOVEM NO BRASIL

Dado essas ressalvas, discorreremos sobre o jovem trabalhador comerciário tendo em vista que nos interessa apreender questões relacionadas ao tema juventude e trabalho, objeto de estudo tanto na sociologia do trabalho, quanto na economia do desenvolvimento. Por “jovem” entendemos a categoria sociológica que expressa a transição para a vida adulta, momento da formação de aptidões e educação formal para inserção no mundo do trabalho. Com base nisso, e como critério para análise de dados socioeconômicos sobre a população jovem, adotamos a definição utilizada pelo IBGE³

³ O limite etário estabelecido pelo Estatuto da Juventude é de pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade, Lei Federal 12.852/2013.

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

com a finalidade de analisarmos informações recentes que revelam as mudanças significativas no início da década. Para tal intento, utilizaremos os dados atuais divulgados pela pesquisa “Síntese de Indicadores Sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira 2013” (IBGE, 2013).

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2012 mostram que a população de jovens entre 15 e 29 anos no Brasil representa 47,7% da população brasileira total, configurando uma pequena queda do índice ao considerarmos que em 2002 esse segmento representava 55,4% da população. No mesmo período, houve também aumento da idade mediana da população, que passou de 26 anos para 31 anos em 2012 (IBGE, 2013, p.27).

Segundo o IBGE, o quadro geral da população jovem de 15 a 29 anos, em relação à ocupação e à escolarização, está dividido da seguinte maneira: 19,6% não trabalham nem estudam; 45,2% somente trabalham; 13,8% trabalham e estudam; e 21,6% somente estudam (Gráfico 1).

Em relação à inserção desses jovens no mundo do trabalho é possível observar que a taxa de ocupação entre os jovens de 15 a 17 anos é de 25,3%. Como essa faixa etária ainda condiz com a obrigatoriedade de cursar o ensino regular, os dados revelaram que 65,5% somente estudam, 18,8% trabalham e estudam, 6,5% somente trabalham e 9,4% não trabalham nem estudam.

Sequencialmente, a pesquisa revelou que a taxa de ocupação entre a faixa etária de 18 a 24 anos sofreu pequena elevação durante o período da análise, passando de 60,6% em 2002 para 62,1% em 2012. Cabe atentar-se para o fato de que, do total de jovens ocupados nessa faixa etária, 47,5% somente trabalham e 14,8% trabalham e estudam. Outro dado relativo a esse grupo é importante para nossa análise futura sobre as expectativas dos jovens em relação à educação e à garantia de inserção no mercado de trabalho, revela que, ao relacionarmos trabalho e vida escolar, nota-se que a taxa de frequência à escola caiu de 33,9% para 29,4% em 2012, o que pode estar relacionado,

Estudos do Trabalho

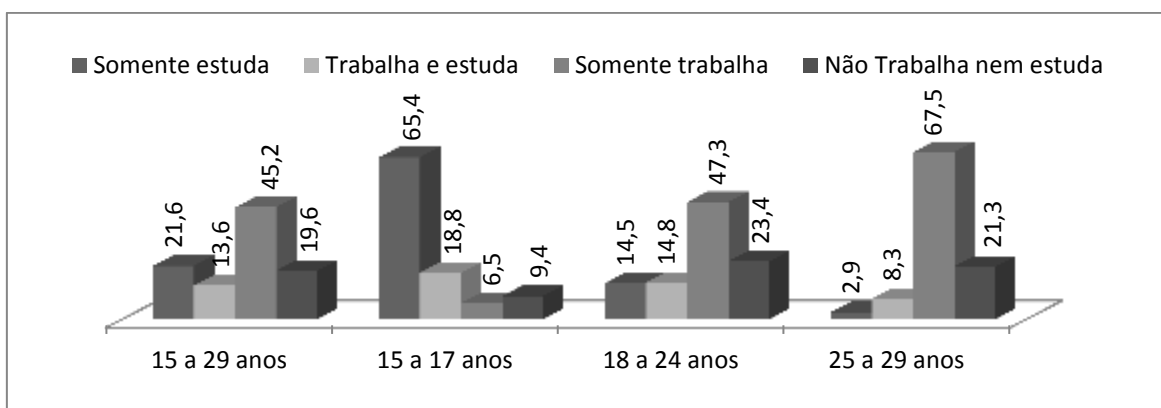
Ano VIII – Número 15 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

segundo análise do IBGE, “tanto ao aumento de jovens que somente trabalhavam, quanto à redução do atraso escolar nessa faixa”. (IBGE, 2013, p. 31).

Por fim, para o grupo de jovens de 25 a 29 anos, a taxa de ocupação em 2012 é de 75,8%. A análise aponta que “somente 11,2% estudavam, sendo que 8,8% do total cursavam ensino superior, mestrado ou doutorado.” (IBGE, 2012, p.31)

Gráfico 1

Atividade dos Jovens de 15 a 29 anos. Em % , por grupo de idade
(2012)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios 2012.

Com base nos dados apontados, sugerem-se duas hipóteses principalmente relacionadas aos últimos subgrupos de jovens (18 a 24 anos e 25 a 29 anos). A primeira é que a alta taxa dos “nem, nem”, principalmente entre os subgrupos de 18 a 24 anos (23,4%) e de 25 a 29 anos (21,3 %), é motivada pela dificuldade de inserção no mundo do trabalho, haja vista que 38,6% desses jovens possuem ensino médio completo; apenas entre o subgrupo de 18 a 24 anos, 43,2% deles completaram o ensino médio. A segunda hipótese considera que essa taxa elevada seja motivada pela falta de

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

perspectivas de inserção através da escolarização progressiva⁴. Uma pesquisa divulgada pelo IPEA em 2009, baseada na PNAD/2006, já demonstrava esse movimento, conforme revela que,

[...] há um expressivo contingente de jovens que não trabalham nem estudam. No caso das mulheres, em parte isto reflete ainda a dedicação de muitas jovens aos cuidados domésticos e familiares. Porém, em grande medida, o que ocorre é que os jovens que saem da escola encontram dificuldade tanto em se empregar como em manter o emprego. Cabe acrescentar que, além do desemprego aberto, há um desemprego oculto pelo desalento, isto é, há uma parcela de jovens que não trabalham e desistiram de procurar emprego. Neste sentido, o desemprego juvenil poderia ser entendido como dificuldade em realizar esta transição, seja por deficiências na escolarização, seja por restrições no mercado de trabalho. (IPEA, 2009, p.115)

Portanto, os dados socioeconômicos da última PNAD 2012 são reveladores, tanto para orientação das novas Políticas Públicas da Juventude (PPJs) quanto para o debate sobre os aspectos de precariedade na inserção desses jovens no mundo do trabalho.

Dado esse breve contexto, ao delimitarmos a ocupação desses jovens ao trabalho no comércio, podemos aferir outros dados em relação ao regime de contratação, salário e escolaridade, com a finalidade de traçar um perfil sociológico mais detalhado do nosso objeto de pesquisa.

⁴ Embora nossa análise geral do jovem não se detenha à questão de gênero, é importante ressaltar que a pesquisa “Síntese de Indicadores Sociais” revelou que maioria que formam o subgrupo “nem,nem” (não trabalha e nem estuda) é de mulheres: 70,3%. A incidência é maior no subgrupo formado pelas pessoas de 25 a 29 anos, no qual as mulheres representam 76,9%. (IBGE, 2013, p.32)

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Segundo a pesquisa *O jovem e o comércio: Trabalho e Estudo* (DIEESE, 2009), os jovens de 16 a 24 anos de idade representavam, aproximadamente, um quarto (25%) do total de empregados comerciários em 2008. O entendimento da elevada participação dessa população no setor é de suma importância para revelar em quais condições ocorre essa massiva inserção e quais estratégias o empresariado adota para absorver esse tipo de mão de obra.

De acordo com a análise sobre o setor, há dois fatores que explicam essa absorção de jovens pela atividade que nos parecem bastante pertinentes: o primeiro é que o setor possibilita a inserção em diversas funções não especializadas que oferecem baixa remuneração e que, portanto, não exigem qualificação ou experiência anterior. O segundo fator refere-se à associação entre os produtos comercializados e os valores relacionados às ideias e aos ideais de juventude que, através do trabalho vivo, se expressa como propaganda de marketing.

O TRABALHO DO JOVEM COMERCÁRIO NO BRASIL

Partindo da premissa enunciada acima, é possível fazer algumas mediações entre o crescimento do proletariado no comércio e o crescimento do consumo, não na relação causal em si, mas na medida em que os jovens são imbuídos em “valores-fetiches de mercado” (ALVES, 2014) durante o processo de emulação do trabalho⁵.

A pesquisa também aponta para a evidente relação entre salários e emprego precários. Nota-se que, embora o subgrupo analisado de jovens entre 16 a 24 anos tenham sido subordinados a contratos de trabalho formal na última década, há uma

⁵ Sobre esse aspecto, uma pesquisa divulgada pelo MEC (Ministério da Educação) sobre dados do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e da UNESCO revela que, do total de jovens entrevistados, 70% se interessam pelo tema compras; 50% acreditam que pessoas da sua idade consomem demais; 60% revelaram que suas ações não têm impacto no mundo; e 59%, a maioria, acham que seu trabalho não tem impacto na sociedade (MEC, 2007, p. 37). Em suma, esses dados expressam o nível de estranhamento e desfetivação “humano-genérica” que se instala de maneira perversa nessa época da vida dos indivíduos.

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

parcela relevante de jovens em regimes de contratação sem o amparo da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), os quais são os assalariados sem carteira assinada pelo setor privado, os terceirizados e os autônomos que trabalham para uma empresa. Apenas no Estado de São Paulo a proporção de jovens comerciários entre 16 a 24 anos na condição de contratação precária atingiu na última década um percentual de 28,3%, enquanto que do total de adultos comerciários entre 25 anos e mais, esse percentual é de 18,1%. Em outras palavras, o estudo do DIEESE chama atenção para a

[...] evidente relação entre menores rendimentos auferidos pelos jovens e a vulnerabilidade de sua inserção ocupacional, muitas vezes determinado pelo assalariamento sem carteira assinada e tempo de permanência no posto de trabalho (DIEESE,2009,p.4)

Outro aspecto relevante apontado pelo estudo é a relação entre rendimento e nível de escolaridade. Apesar dos altos investimentos na educação privada e pública no país, a escolarização não é fator de garantia de inserção no mercado de trabalho em condições salariais não precárias, visto que na Região Metropolitana de São Paulo cerca de 60% (DIEESE,2009,p.6) dos jovens comerciários em 2008 tinham ensino médio completo ou superior incompleto e o rendimento médio daqueles entre 16 a 24 anos de idade em São Paulo era de R\$ 653,00. O rendimento desses jovens representa 70% daquele auferido pelos considerados adultos com 25 anos e mais (Tabela 1).

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Tabela 1

**Rendimento médio real dos ocupados no comércio com 16 anos e mais,
segundo idade - Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2008.**

(R\$ de novembro de 2008)

| Regiões | Total (16 anos e mais) | Jovens (16 a 24 anos) | Adultos (25 anos e mais) | Proporção de rendimentos Jovens/Adultos (%) |
|------------------|------------------------|-----------------------|--------------------------|---|
| Belo Horizonte | 920 | 567 | 1.056 | 53,7 |
| Distrito Federal | 1.019 | 626 | 1.170 | 53,5 |
| Porto Alegre | 945 | 623 | 1.061 | 58,7 |
| Recife | 594 | 429 | 635 | 67,6 |
| Salvador | 729 | 492 | 801 | 61,4 |
| São Paulo | 983 | 653 | 1.110 | 58,8 |

Fonte: DIEESE/Seade/MTE – FAT e parceiros regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED.

Os dados levantados pelo DIEESE também demonstraram que ao considerar o tempo de permanência no trabalho e a escolarização na comparação entre as remunerações de jovens e adultos ainda há desvantagem para os primeiros. Contudo, a escolarização parece não ser um fator de aproximação dos rendimentos obtidos entre os dois grupos etários, uma vez que as discrepâncias de ganhos entre eles são menores ao considerarmos o tempo de permanência nos postos de trabalho. Em outras palavras, no comércio a experiência obtida com os anos de trabalho é valorizada pelos empregadores (Tabela 2).

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Tabela 2

Rendimento médio real dos ocupados no comércio por idade, segundo tempo de permanência no posto de trabalho e escolaridade. Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2008
(R\$ de novembro de 2008)

| Regiões Metropolitanas | Tempo de Permanência no Posto de Trabalho inferior a 2 anos | | | Escolaridade equivalente ao ensino médio completo e superior incompleto | | |
|------------------------|---|--------------------------|---|---|--------------------------|---|
| | Rendimento por Idade (R\$) | | Proporção de rendimentos Jovens/Adultos (%) | Rendimento por Idade (R\$) | | Proporção de rendimentos Jovens/Adultos (%) |
| | Jovens (16 a 24 anos) | Adultos (25 anos e Mais) | | Jovens (16 a 24 anos) | Adultos (25 anos e Mais) | |
| Belo Horizonte | 530 | 768 | 69,0 | 609 | 1.085 | 56,0 |
| Distrito Federal | 579 | 848 | 68,3 | 671 | 1.247 | 53,8 |
| Porto Alegre | 560 | 774 | 72,4 | 690 | 1.168 | 59,1 |
| Recife | 418 | 504 | 72,4 | 493 | 723 | 62,2 |
| Salvador | 463 | 608 | 82,9 | 548 | 838 | 65,4 |
| São Paulo | 615 | 843 | 73,0 | 704 | 1.199 | 58,9 |

Fonte: DIEESE/Seade/MTE – FAT e parceiros regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED.

O TRABALHO DO JOVEM COMERCIÁRIO NA C&A

Partindo do pressuposto empírico, mediante os dados supracitados, de que o segmento comércio varejista de vestuário e sua organização em lojas de departamento⁶ é

⁶ De acordo com estudos na área da administração, lojas de departamento são divididas entre especializada e diversificadas. No caso da C&A trata-se de uma loja especializada que é “usualmente, de propriedade familiar, além de gerenciadas com técnicas elementares comumente coerentes com o baixo nível de complexidade de suas atividades. Algumas habilidades, como a longa experiência no negócio e o senso comum, predominante na gerência de lojas, asseguram a sua sobrevivência. As principais são Casas Bahia e Ponto Frio (associadas ao grupo Pão de Açúcar), Magazine Luiza, Lojas Cem e Tele-Rio, as quais se

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

o “tipo/formato” (MATTAR, 2011) de loja varejista que mais empregam jovens, podemos ter dados mais precisos e particulares a partir da análise de uma delas⁷.

Portanto, no caso específico deste estudo, escolhemos a C&A como objeto de investigação situado no quadro geral do sistema capitalista, levando em consideração três pontos principais a serem analisados até o momento: sua posição no setor do comércio varejista no Brasil; as especificidades da gestão e organização do trabalho a partir dos dados secundários; e, por último, suas implicações nas relações de trabalho.

A sigla C&A origina-se do nome de seus dois criadores, os irmãos holandeses Clemes e August Brenninkmeijer. A empresa foi fundada em 1841 e ainda permanece sob o controle da família, a qual chega à quinta geração. Atualmente, a C&A é considerada uma das maiores lojas de departamentos e também do varejo de moda para mulheres, homens e crianças, operando suas atividades em dezesseis países da Europa, em três países da América Latina (Argentina, Brasil e México) e também na China (IOS, 2009). Em 2001, paralelamente às atividades da empresa C&A, foi fundado o grupo Cofra Holding AG com sede na Suíça. Além de possuir escritórios ao redor da Europa, sua representação na América Latina está localizada na cidade de Barueri, no estado de São Paulo, através da Confra Latin America. As atividades dessa holding incluem: 1) o varejo (C&A Europa, América Latina e China); 2) investimentos imobiliários (Redevco); 3) investimentos de capital privado (Bregal e Entrepreneurs Fund); 4) serviços financeiros (antigo Banco Ibi no Brasil entre outros); e 5) investimentos corporativos no setor de energias renováveis (Good Energies) (IOS, 2010)

Mundialmente, segundo os dados de 2008, a C&A possui lojas na Áustria, Alemanha, Bélgica, Espanha, Eslovênia, França, Holanda, Hungria, Luxemburgo,

especializaram em eletrodomésticos, e as Lojas Renner, Riachuelo e C&A, as quais se especializaram em roupas e acessórios”.

Fonte: <http://www.incorporativa.com.br/mostraartigo.php?id=227>. Acesso em 26 de setembro 2014.

⁷ Somente em São Paulo há três grandes grupos que dominam esse mercado: a C&A (origem holandesa), a Riachuelo (controlada pelo Grupo Guarapes, Potiguar) e a Renner (capital pulverizado mediante oferta pública na Bolsa de Valores de São Paulo). (IOS, 2010)

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Polônia, Portugal, República Eslovaca, República Tcheca, Rússia, Suíça e Turquia, totalizando mais de 931 unidades especializadas em moda infanto-juvenil e moda feminina.

Importante ressaltar que a C&A não produz suas mercadorias, estabelecendo relações comerciais com outros países do globo, a partir da importação de produtos manufaturados e de vestuário. Cerca de 50% dos produtos comercializados na Europa são produzidos na Ásia e na Índia, sendo que o restante é produzido na Europa e na África do Norte (IOS, 2010). No México, a C&A inaugurou sua primeira loja no final da década de 1990 e em 2005 começou suas atividades na China, com uma pequena licença de negócio, inaugurando uma apenas uma loja em Xangai. Em apenas dois anos, o grupo entrou no mercado chinês através da C&A China (IOS, 2010).

A C&A possui atividades no Brasil desde 1976, a partir da inauguração de sua primeira loja no Shopping Ibirapuera, localizado na cidade de São Paulo. Atualmente, a empresa faz parte da Cofra Holding AG, com 261 lojas distribuídas entre os 23 estados e no Distrito Federal. Apenas no Brasil, a empresa conta com 27.237 trabalhadores (chamados de “associados”) e terceiros que trabalham nas lojas, no escritório central e nos três centros de distribuição, localizados nas cidades de Barueri, São Paulo e Rio de Janeiro. (C&A, 2013).

Além de ser considerada líder do varejo da moda, a C&A é considerada uma das maiores lojas de departamento vinculadas à atividade, pois além de vestuário e calçados, comercializa acessórios e aparelhos eletrônicos, como celulares, tablets, câmeras fotográficas digitais, relógios e serviços financeiros diferenciados, o que torna ainda mais complexa sua identificação imediata associada apenas à organização capitalista do comércio varejista.

Segundo relatório divulgado pelo Instituto Observatório Social (IOS) sabe-se que a estrutura de gestão adotada pela C&A brasileira obedece apenas determinações gerais da matriz europeia e, portanto, não há uma relação direta entre a filial brasileira e a matriz na Europa. No topo da tomada de decisões da empresa no Brasil está a

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

presidência, seguida das vice-presidências de operações e compras. Logo após a presidência estão as diretorias de engenharia, do marketing, a financeira, a jurídica, a de informática e de recursos humanos. A vice-presidência de compras controla a diretoria de planejamento e compras. Já a vice-presidência de operações controla três setores: as diretorias de lojas, a logística e o departamento Corporate Social Affairs⁸.

Quando se trata do controle de vendas e gestão dos trabalhadores, o diretor de loja está no topo desse organograma. Essa função tem considerável autonomia para a tomada de decisões, na medida em que não lhe cabe somente as atividades comerciais e operacionais, mas também a contratação e desligamento dos trabalhadores(as), além da garantia quanto à observância e implantação das políticas de Recursos Humanos na unidade, tais como recrutamento e seleção, treinamento e capacitação, desenvolvimento, avaliação de desempenho e carreira.

A estrutura da gestão dentro de uma loja ocorre segundo essa ordem, a partir do topo da estrutura de cargos: Diretores de Lojas, Gerência Regional, Gerência de Loja, Supervisão Varejo e Líderes, sendo que esses últimos controlam monitores e assessores. Ainda segundo informações fornecidas pela pesquisa do Instituto Observatório Social, a C&A procura manter o quadro de líderes como funcionários de carreira. Cerca de 100% dos líderes e 95% dos supervisores são funcionários de carreira, mas que ainda assim exercem as mesmas funções dos demais "associados" (funcionários) nas unidades.

Dado essas considerações, podemos sugerir que a horizontalidade dos papéis dos líderes na empresa promove a ideia instaurada pelo padrão toyotista de que todos os funcionários são "patrões de si mesmo." (ANTUNES, 1999). Com base nisso, entendemos que a adoção de formas de gestão e organização da produção estruturada segundo este padrão extravasa o local do trabalho clássico fabril⁹, explorando o aspecto

⁸ "Área da empresa responsável por planejar e executar as ações referentes à responsabilidade socioambiental" (IOS, 2013,p.28).

⁹ "[...] houve uma diminuição da classe operária industrial tradicional. Mas, paralelamente, efetivou-se uma significativa subproletarização do trabalho, decorrência das formas diversas de trabalho parcial, precário, informal, subcontratado, etc. Verificou-se, portanto, uma significativa heterogeneização, complexificação e fragmentação do trabalho" (ANTUNES, 1999, p. 209).

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

colaborativo como fonte de emulação entre os indivíduos de acordo com as metas estipuladas pela empresa.

Outro dado relevante, no caso específico de nossa análise, é que 50% do efetivo da C&A é constituído por jovens¹⁰. Apenas para ilustrar com alguns dados relevantes, a taxa de admissões de jovens de 18 anos em 2013 aumentou em 123,9% em relação ao ano anterior, enquanto que entre aqueles de 18 a 25 anos esse crescimento foi de 80,2% (C&A, 2013, p.33). Esses números são justificados pela empresa em seu Relatório de Sustentabilidade devido “ao crescimento do negócio e consequentemente aumento do número de lojas” (C&A, 2013, p.33).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão crítica sobre o objeto de nossa investigação permite compreender as transformações que ocorrem no Brasil e nos países capitalistas sobre o mundo do trabalho a partir dos impactos sobre uma categoria social muito específica: a juventude (ALVES, 2014; ANTUNES, 2004, 2009; CASTEL, 1998; ESTANQUE, 2012; POCHMANN, 2007; STANDING, 2013).

Através dessa categoria social podemos apreender as novas reconfigurações das relações de trabalho e suas implicações sobre o “modo de vida just in time” (ALVES, 2014, p.19), seja a partir da compreensão dos novos movimentos sociais ou das subjetividades daqueles e daquelas envolvidos em suas atividades laborais.

Entendemos que as novas dimensões da precarização do trabalho não estão apenas associadas diretamente à corrosão das condições salariais, mas também à corrosão do homem que trabalha, ou seja, implica na “corrosão do caráter” (SENNETT, 2009), que segundo Sennett, está associada à dissolução de laços de confiança entre os

¹⁰ A C&A possui dados em seu Relatório de Sustentabilidade que mostram a distribuição de trabalhadores por gênero e faixa etária. Vale ressaltar que 71,2% do quadro de trabalhadores da C&A são mulheres (C&A, 2013, p.25).

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

indivíduos, necessários à própria formação de identidade capaz de encontrar apoio uns nos outros através da experiência cotidiana. Em suas palavras,

Durante a maior parte da história humana, as pessoas têm aceitado o fato de que suas vidas mudarão de repente devido a guerras, fomes ou outros desastres, e de que terão de improvisar para sobreviver[...] O que é singular na incerteza hoje é que ela existe sem qualquer desastre histórico imanente; ao contrário, está entremeadada nas práticas cotidianas de um vigoroso capitalismo.(SENNETT,2009, p.33)

O regime flexível de contratações que leva às perdas salariais e garantias de direitos trabalhistas é a pedra angular das políticas baseadas na redução de custos empresariais. O que importa para elas é a manutenção do poder de rendimento corporativo em detrimento dos reajustes salariais (conquistados pelo poder de barganha sindical nas negociações coletivas) e a qualificação de trabalhadores. Em suma, nos dois casos a ideia é transferir ao Estado a autêntica “responsabilidade empresarial” inflando as contas públicas com o aumento ao acesso do FGTS, seguro-desemprego e aos programas governamentais de requalificação profissional. No caso da rotatividade de mão de obra no setor do comércio, segundo o DIEESE,

Em decorrência deste movimento, cresceu a desigualdade salarial entre admitidos e desligados no setor. Em 2013, a remuneração média dos admitidos representava 94,0% da recebida pelos desligados, já em 2014 esta diferença foi de 92,8%. Isso significa que a rotatividade diminuiu a remuneração dos trabalhadores, e reduziu também os reajustes salariais conquistados nas negociações coletivas pelo movimento sindical (DIEESE, 2015, p.9).

Geralmente, com a relativa extinção das “hierarquias piramidais” (SENNETT, 2009) em corporações modernas, a defasagem salarial é camuflada pela falsa ideia de promoção de cargo como resultado e recompensa de um esforço individual assumindo

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

um novo status na empresa. Segundo Sennett, o que temos nesses casos são mudanças horizontais através de “redes amorfas, altamente complexas” (Idem:99) dentro das instituições que na verdade representam recompensas salariais e profissionais muito tênues.

A qualificação tampouco representa uma fuga dessa realidade. Conforme aponta Sennett, ainda que a posse de um diploma universitário ofereça certas vantagens no aumento da renda, a oferta de empregos não acompanhou a mesma evolução. Nos Estados Unidos mesmo com o aumento da população jovem com curso universitário, as projeções já apontavam que entre os anos 1990 e 2005,

[...] só um quinto dos empregos na força de trabalho americana exigem diploma universitários, e a porcentagem desses empregos de alta qualificação sobe apenas lentamente [...] Nessas condições, toma forma um tipo de risco extremo, em que grandes números de jovens apostam que serão eles novos escolhidos. (SENNETT, 2009, p. 104-105)

Como vimos, através dos dados estatísticos apontados ao longo de nosso texto, no caso dos jovens comerciários essas recompensas de rendimento são percebidas mais pelo tempo de serviço, do que pelo nível de escolarização.

O descompasso entre ritmo de oferta de mão de obra escolarizada e a demanda de trabalho acarreta a precarização de inserção e o “desvio de função” desses jovens-adultos escolarizados no mercado de trabalho, ou seja, eles ocupam funções abaixo do nível de formação. Portanto, podemos encontrar a partir de nosso objetivo de análise o fenômeno da “subutilização da força de trabalho” (DIEESE, 2011) mais escolarizada, partindo da hipótese que a lojas de departamentos podem ser identificadas enquanto postos de trabalho que absorvem essa camada do proletariado jovem e urbano.

Em suma, compreender o movimento de degradação dos trabalhadores e trabalhadoras do comércio no Brasil, a partir da análise sociológica dos jovens da C&A, possibilita a comparação de dados qualitativos de diversas clivagens com os dados

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

estatísticos do setor econômico que mais cresce em termos relativos no país. Em 2012, por exemplo, o comércio chegou ao segundo lugar no ranking de geração de trabalho com a abertura de mais de 593 postos (ALVES, 2014); dados da PED de 2008 mostram, ao considerarmos o fator idade, que 25% da mão de obra empregada neste setor têm entre 16 e 24 anos. Portanto, trata-se de um ramo com ocupações nos postos de trabalho particularmente jovem, com altos níveis de rotatividade, sujeitos a flexibilizações externas do mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. Dimensões da Reestruturação Produtiva – Ensaios de sociologia do trabalho. 2 ed. São Paulo: Práxis, 2007.

_____. A subjetividade às avessas: toyotismo e “captura” da subjetividade do trabalho pelo capital. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, vol. 11, n. 2, p. 223-239, 2008.

_____. Trabalho e Neodesenvolvimentismo. Choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. 1 ed. Bauru: Práxis, 2014.

_____; ESTANQUE, Elísio (org.). Trabalho, juventude e Precariedade: Brasil e Portugal. 2ª. ed. Londrina:Práxis; Bauru: Canal 6, 2012.

ALVES, Nuno de Almeida; CANTANTE, Frederico; BAPTISTA, Inês; CARMO, Renato Miguel. Jovens em Transições Precárias. Trabalho, cotidiano e futuro. Lisboa: Editora Mundos Sociais, 2011.

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho. Ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. (org.) A dialética do trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____ e SILVA, Maria A. Moraes (orgs) O avesso do trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CASTEL, Robert. Metamorfoses da questão social. Petrópolis, Editora Vozes, 1998.

CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Maria C. de; Andrade, Carla Coelho de (org.). Juventude e políticas sociais do Brasil. Brasília: IPEA, 2009.

C&A. Relatório de Sustentabilidade. 2012-2013. Disponível em <
http://www.cea.com.br/sustentabilidade/pdf/CA_Relatorio_de_Sustentabilidade__2012-2013_pt.pdf> Acesso em: 18 set. 2014.

DEJOURS, Christophe. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez/Oboré, 1987.

DIEESE. O Jovem Comerciante: trabalho e estudo. Boletim Trabalho no Comércio. Ano I – No. 3. DIEESE, 2009.

_____. Um balanço do Comércio em 2014 a partir dos principais indicadores. Boletim de Indicadores do Comércio. No. 7. DIEESE, 2015.

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

_____. Qualificação e Mercado de Trabalho: Apontamentos para política pública em regiões metropolitanas. Pesquisa Dieese- No. 18. Dezembro de 2011. São Paulo: DIEESE, 2011.

ESTANQUE, Elísio. Classes, precariedade e ressentimento: mudanças no mundo laboral e novas desigualdades sociais. Disponível em <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/238.pdf>> Acesso em: 28 set. 2014.

GUIMARÃES, Nadya A. Trajetórias inseguras, autonomização incerta: Os jovens e o trabalho em mercados sob intensas transições ocupacionais. Disponível em <http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/capitulo_6_trajetorias.pdf> Acesso em: 17 set. 2014.

_____. Trabalho: uma categoria chave no imaginário juvenil? In: ABRAMO, H.; BRANCO, P. P. (Orgs.). Retratos da juventude brasileira. Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania e Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 149-174.

HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. 22ª ed. Edições Loyola: São Paulo, 2012

IBEGE. Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

LUKÁCS, G. As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do homem. Revista Temas de Ciências Humanas. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, v.4, 1986. INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL (IOS). Comportamento Social e Trabalhista – C&A Relatório Geral. São Paulo: IOS, 2010.

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

MARX, Karl. O Capital. Livro I, v. I. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. Para a crítica da Economia Política, São Paulo: Nova Cultural, 1999.
(Coleção Os Pensadores).

MATTAR, Fauze Najib. Administração do Varejo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

MÉSZÁROS, István. Parâmetros Socioeconômicos In: O poder da Ideologia, São Paulo: Boitempo, 2004. Cap 2, 118-137.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Juventude e Trabalho. Coleção Cadernos EJA. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/06_cd_al.pdf> Acesso em 18 de set. 2014.

POCHMANN, M. A batalha pelo primeiro emprego: a situação atual e as perspectivas do jovem no mercado de trabalho brasileiro. 2. ed. São Paulo: Publisher, 2007.

SILVA, J. H. ; SEGNINI, L. R. P. Os Filhos do Desemprego. Jovens Itinerantes do Primeiro Emprego. 1.ed. Brasília: Editora Liber livro, 2009.

STANDING, Guy. O precariado: a nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

SENNETT, Richard. A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 14ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.